



**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso

4ª Secretaria de Controle Externo  
Telefones: (65) 3613- 7668 | 7653  
E-mail: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>2</b>
<b>3. DA MANIFESTAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA CONTRATADA .....</b>	<b>5</b>
<b>4. DA ANÁLISE DAS DEFESAS.....</b>	<b>6</b>
<b>5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO .....</b>	<b>6</b>





PROTOCOLO	50047-0/2023
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
ASSUNTO	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
RELATOR	CONSELHEIRO GUILHERME ANTÔNIO MALUF
EQUIPE TÉCNICA	ELAINE JACOB DOS SANTOS ADACHI - Auditor Público Externo
OS Nº	2481/2024

## RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

### 1. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Representação de Natureza Interna (RNI) para apuração de supostas irregularidades no pagamento de prestação de serviços gerais de mão de obra terceirizada, na modalidade horas trabalhadas, mediante contrato formalizado entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a empresa Paulo Victor Monteiro Guimarães – EPP.

### 2. BREVE HISTÓRICO

1. A denúncia de caráter sigiloso foi protocolada na Ouvidoria Geral por meio do Chamado nº 1891, em 16.9.2021, sob o Protocolo nº 60775-4/2021 e a primeira instrução processual foi realizada pela extinta Secretaria de Controle Externo Saúde e Meio Ambiente para, após, os autos serem remetidos à 4ª Secretaria de Controle Externo para apuração das supostas irregularidades.

2. A análise dos fatos denunciados foi apresentada no Relatório Técnico para Manifestação Prévia<sup>1</sup> e consignou as seguintes irregularidades na execução do Contrato nº 395/2021, formalizado com a empresa Paulo Vitor Monteiro Guimarães –EPP:

<sup>1</sup> Doc. digital nº 112115/2023 – Anexo do Relatório.





- 1) De modo generalizado, as horas registradas como Horas Holerite são menores do que as que constam nos demais registros, demonstrando significativa discrepância entre os valores cobrados pela empresa à prefeitura e os valores pagos pela mesma aos funcionários, indicativo de cobrança de horas trabalhada a maior;
- 2) Os registros do Controle de Ponto (Doc. digital n. 15898/2022) não são fidedignos, pois além de incompletos são ilegíveis, verificando-se diversas inconsistências como: 1) ausência de registro da primeira saída; 2) registro ilegível do horário da segunda entrada; 3) e registro de horários fixos (7:00 - 18:00 H).
- 3) Diversos valores de cobrança não se relacionam às horas apuradas com qualquer dos três registros de horas demonstrados no Relatório de Notas Fiscais, indicativo de horas fictícias;
- 4) Não foram demonstrados documentos capazes de comprovar a execução das horas trabalhadas nos meses de julho e setembro;
- 5) Não envio do relatório de fiscal de contrato com a confirmação das efetivas prestações de serviços.

3. Em Decisão proferida pelo Conselheiro Relator, os responsáveis foram notificados por meio dos ofícios n.º 529/2022 e nº 531/TCE-MT/2022<sup>2</sup> para se manifestarem, de forma facultativa, acerca dos seguintes achados:

**Responsável: Sr. Alfredo Vinícius Amoroso**

**Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis**

**JB 03. Despesa. Grave.** Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; arts. 55, § 3º e 73, da Lei nº 8.666/1993).

**Achado 1.** Não comprovação da apuração das horas trabalhadas em decorrência do não envio de documentos relacionados à competência julho e setembro de prestação de serviços e envio de documentos não fidedignos, incapazes de estabelecer com exatidão a quantidade de horas trabalhadas, relativos à competência agosto.

**Responsável: Sra. Vainamar Geraldino de Souza**

**Fiscal do Contrato**

<sup>2</sup> Docs. digitais nº 112123/2023 e nº 112118/2023, respectivamente.





**HB 15. Contrato. Grave. Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67, da Lei nº 8.666/1993).**

**Achado 2.** Atestar notas fiscais sem o respaldo de documentos que comprovem a execução das horas trabalhadas.

4. No seguimento, sobrevieram aos autos as manifestações prévias<sup>3</sup> do Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis, Sr. Alfredo Vinícius Amoroso, e da fiscal do Contrato nº 395/2021, Sra. Vainamar Geraldino de Souza, cuja análise e apuração das informações e documentos pela equipe técnica foi apresentada no Relatório Técnico para análise sumária das manifestações de defesa dos responsáveis<sup>4</sup>.

5. Nesta oportunidade, concluiu-se que as justificativas apresentadas não foram capazes de alterar as impropriedades descritas no Relatório Técnico para Manifestação Prévia, informando-se ainda sobre o acréscimo de mais um achado de auditoria, cuja responsabilização foi imputada ao Secretário Municipal de Saúde, conforme demonstra-se a seguir:

**Responsável: Sr. Alfredo Vinícius Amoroso**

**Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis**

**GB 13. Licitação. Grave.** Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios (Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; legislação específica do ente).

**Achado 3.** Omissão em realizar procedimento licitatório para contratação de serviços de mão de obra terceirizada, antes do término do contrato em vigência, promovendo de forma precipitada a adesão à Ata de Registro de Preços nº 26, sem planejamento e cautela suficientes a impedir sérios riscos à administração pública de arcar com possíveis débitos trabalhistas.

6. Desse modo, para o prosseguimento da instrução processual foi oportunizado ao gestor manifestação prévia acerca do novo achado de auditoria, em vista do disposto na Resolução nº 17/2020 –TCE/MT, sendo enviada notificação por meio ofício nº 401/2023<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Docs. digitais nº 112129/2023 e nº 112153/2023, respectivamente.

<sup>4</sup> Doc. digital nº 112166/2023.

<sup>5</sup> Doc. digital nº 186774/2023.





7. Em resposta, o Secretário de Saúde encaminhou a manifestação prévia<sup>6</sup>, cuja análise foi realizada no Relatório Técnico Preliminar<sup>7</sup>, que concluiu pela ocorrência de irregularidades no pagamento de prestação de serviços gerais de mão de obra, sugerindo na proposta de encaminhamento a citação dos responsáveis para apresentação de suas alegações de defesa.

8. Dando prosseguimento à instrução processual, o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alfredo Vinícius Amoroso, e a fiscal de contrato, Sra. Vainamar Geraldino de Souza, encaminharam suas alegações de defesa<sup>8</sup>, cuja análise foi realizada por meio de Informação Técnica<sup>9</sup>.

9. Da análise, concluiu-se que os documentos enviados não foram capazes de sanar os apontamentos, pois não restou demonstrado com exatidão as horas trabalhadas e os respectivos cargos (horas descritas nos holerites dos empregados), não sendo possível, dessa forma, apurar-se o valor preciso do dano causado.

10. Evidenciou-se a necessidade, além da apuração do valor do dano, de se notificar o responsável pela empresa para tomar conhecimento dos fatos representados, bem como para prestar esclarecimentos sobre a comprovação de que as horas trabalhadas contidas nos holerites coincidiam com as horas contidas nas notas fiscais para cobrança.

### 3. DA MANIFESTAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA CONTRATADA

11. O Sr. Paulo Victor Monteiro Guimarães, responsável pela empresa Paulo Victor Monteiro Guimarães – EPP (CNPJ 11.834.039/0001-20), foi citado por meio do ofício nº 1060/2023/GC/GA<sup>10</sup> para tomar conhecimento e apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestação no presente processo de Representação de Natureza Interna, ressaltando-se que a ausência de manifestação implicaria no prosseguimento normal do processo com aplicação dos efeitos de revelia, no termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e do artigo 105 do Regimento Interno/ TCE-MT.

<sup>6</sup> Doc. digital nº 188473/2023.

<sup>7</sup> Doc. digital nº 205338/2023.

<sup>8</sup> Doc. digital nº 220497/2023 e nº 236606/2023, respectivamente.

<sup>9</sup> Doc. digital nº 262718/2023.

<sup>10</sup> Doc. digital nº 275390/2023.





12. O ofício nº 1060/2023/GC/GA foi postado na agência dos Correios em 16.11.2023 sob o nº OV526110829BR e o Aviso de Recebimento disponibilizado no Sistema de Rastreamento de Objetos - SRO como “RECEBIDO”, de acordo com a Certidão da Gerência de Controle de Processos Diligenciados.
13. Informa-se, todavia, que após o vencimento do prazo Regimental/Processual determinado, não se constatou o envio de documentos.
14. De acordo informação contida na Decisão<sup>11</sup>, foi realizada diligência pelo Gabinete do Relator Guilherme Antônio Maluf e localizado o contato telefônico do Sr. Paulo Victor Monteiro, que informou, por essa via, o endereço eletrônico para recebimento da citação, confirmando o nome empresarial – Paulo Victor Monteiro Guimarães - EPP – e o nome fantasia da empresa – Bem Estar Prestação de Serviços, sendo encaminhada a citação para o endereço eletrônico: victor@bemestarserviços.com.
15. Porém, não se constatou o encaminhamento da manifestação e em Decisão<sup>12</sup> foi declarada a revelia à empresa Paulo Victor Monteiro Guimarães – EPP, com fulcro no art. 97, X e 105 do Regimento Interno c/c o art. 41 do Código de Processo de Contas do Controle Externo de Mato Grosso.

#### 4. DO RESULTADO DA ANÁLISE DAS DEFESAS

16. Informa-se que as alegações de defesa foram apresentadas pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alfredo Vinícius Amoroso, e pela fiscal de contrato, Sra. Vainamar Geraldino de Souza por intermédio dos Docs. digitais nº 220497/2023 e nº 236606/2023, respectivamente, e analisadas no relatório de Informação Técnica (Doc. digital nº 262718).
17. Ressalta-se que ambas as alegações de defesa possuem idêntico conteúdo apresentado nas manifestações prévias, cuja análise foi efetuada no Relatório Técnico Preliminar (Doc. digital nº 205338/2023).
18. Das referidas análises restou demonstrado que os documentos e informações encaminhados não foram capazes de sanar os apontamentos e, dessa forma, demonstra-se a seguir os achados de auditoria e os respectivos responsáveis.

<sup>11</sup> Doc. digital nº 421715/2024.

<sup>12</sup> Doc. digital nº 435242/2024.





Responsáveis	Nº do Achado	Código da Irregularidade	Título do Achado
<b>Alfredo Vinícius Amoroso</b> Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis	1	<b>JB 03</b>	Não comprovação da apuração das horas trabalhadas em decorrência do não envio de documentos relacionados à competência julho e setembro de prestação de serviços e envio de documentos não fidedignos, incapazes de estabelecer com exatidão a quantidade de horas trabalhadas, relativos à competência agosto.
	3	<b>GB13</b>	Omissão em realizar procedimento licitatório para contratação de serviços de mão de obra terceirizada, antes do término do contrato em vigência, promovendo de forma precipitada a adesão à Ata de Registro de Preços nº 26, sem planejamento e cautela suficientes a impedir sérios riscos à administração pública de arcar com possíveis débitos trabalhistas.
<b>Vainamar Geraldino de Souza</b> Fiscal do Contrato	2	<b>HB15</b>	Atestar notas fiscais sem o respaldo de documentos que comprovem a execução das horas trabalhadas.

## 5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Do resultado das análises técnicas confirma-se a ocorrência das irregularidades apontadas no Relatório Técnico Preliminar relativas ao processo de pagamento das notas fiscais decorrentes da execução do Contrato nº 395/2019, propondo-se o seguinte encaminhamento:

1) Multa aos responsáveis, com base no inciso I do artigo 327 da Resolução Normativa nº 16 de 14 dezembro de 2021, tendo em vista os seguintes achados:

**Responsável: Sr. Alfredo Vinícius Amoroso**







### Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis

**JB 03. Despesa. Grave.** Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; arts. 55, § 3º e 73, da Lei nº 8.666/1993).

**Achado 1.** Não comprovação da apuração das horas trabalhadas em decorrência do não envio de documentos relacionados à competência julho e setembro de prestação de serviços e envio de documentos não fidedignos, incapazes de estabelecer com exatidão a quantidade de horas trabalhadas, relativos à competência agosto.

**GB 13. Licitação. Grave.** Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios (Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; legislação específica do ente).

**Achado 3.** Omissão em realizar procedimento licitatório para contratação de serviços de mão de obra terceirizada, antes do término do contrato em vigência, promovendo de forma precipitada a adesão à Ata de Registro de Preços nº 26, sem planejamento e cautela suficientes a impedir sérios riscos à administração pública de arcar com possíveis débitos trabalhistas.

**Responsável: Sra. Vainamar Geraldino de Souza – Fiscal do Contrato**

**HB 15. Contrato. Grave.** Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67, da Lei nº 8.666/1993).

**Achado 2.** Atestar notas fiscais sem o respaldo de documentos que comprovem a execução das horas trabalhadas.

2) Determinação para instauração de Tomada de Contas Especial pelo gestor com o intuito de apurar a quantidade efetiva de horas trabalhadas, contrapondo-as às horas pagas, com posterior encaminhamento do processo a esse Egrégio Tribunal, nos termos do parágrafo 3º, artigo 149 da Resolução Normativa nº 16/2021.

3) Remessa dos autos ao Ministério Público de Contas para a emissão de parecer ministerial, nos termos do artigo 109 do Regimento Interno do TCE-MT.







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

4ª Secretaria de Controle Externo  
Telefones: (65) 3613- 7668 | 7653  
E-mail: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

É o relatório que se submete à apreciação superior.

Quarta Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 26 de abril de 2024.

Elaine Jacob dos Santos Adachi  
Auditor Público Externo

